Aviso de Privacidade – Inscritos Marcha Corrida Batata Doce

A Junta Freguesia de Quarteira respeita as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito tomado as medidas técnicas e organizativas necessárias, por forma a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais e garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas.

Neste Aviso de Privacidade pretende-se dar a conhecer aos inscritos as regras gerais de tratamento de dados pessoais pela Junta Freguesia de Quarteira, os quais são recolhidos e tratados no estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD") e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019.

1. Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais:

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Junta Freguesia de Quarteira, que determina as finalidades e os meios de tratamento dos mesmos.

Para este efeito, caso o titular dos dados pessoais necessite de entrar em contacto com o responsável pelo tratamento de dados, poderá enviar uma comunicação escrita dirigida ao responsável pelo tratamento para a morada:

Rua Vasco da Gama, nº 85, R/C, 8125-256 Quarteira

ou

Email: rgpd@jf-quarteira.pt

2. Finalidade do Tratamento:

Os dados pessoais recolhidos durante o processo de inscrição na Marcha Corrida da Batata-Doce 2026 serão utilizados exclusivamente para a gestão e organização do evento, incluindo a confirmação de inscrição, contacto com os participantes, distribuição de informações relevantes sobre a atividade, e outras comunicações diretamente relacionadas com o evento.

3. Dados Recolhidos:

Os dados recolhidos incluem, mas não se limitam a:

- Nome completo
- Idade
- Endereço de email
- Número de telefone
- Localidade
- Número de identificação fiscal (para efeitos de seguro)

4. Fundamento Jurídico:

O tratamento dos dados pessoais é necessário para a execução da inscrição entre o participante e a Junta de Freguesia para a participação na Marcha Corrida da Batata Doce 2026, e para o cumprimento de obrigações legais, como a segurança e o bem-estar dos participantes.

No âmbito do presente evento e respetivas provas abertas ao público em geral pode haver lugar à captação e gravação de imagem e som bem como à realização de registos fotográficos, tendo como finalidade a divulgação e promoção pública ou privada, através de qualquer meio técnico de distribuição ou comunicação, atualmente conhecido ou que venha a ser criado, de atividades desportivas promovidas pela Junta de Freguesia de Quarteira, nomeadamente em ambiente digital, designadamente Intranet, Internet, redes sociais, jornais oficiais ou publicações congéneres, newsletters ou quaisquer outros meios de comunicação audiovisuais da Junta ou de terceiros, designadamente nos diferentes meios de comunicação social, bem como para efeito de tratamento estatístico, elaboração de relatórios de atividades, mediante o prévio consentimento dos titulares dos dados, a prestar ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

Os dados pessoais necessários à inscrição são suscetíveis de serem tratados por subcontratantes em nome e por conta da Junta de Freguesia de Quarteira, nomeadamente pelo prestador de serviços do ramo de Seguros, no âmbito da gestão do contrato de seguro desportivo obrigatório.

5. Destinatários dos Dados Pessoais:

Os seus dados pessoais poderão ser partilhados com entidades terceiras que colaboram na organização do evento, como empresas de seguros, autoridades de saúde e outras entidades necessárias para a execução do evento. Estes terceiros apenas terão acesso aos dados necessários para o desempenho das suas funções e estão obrigados a manter a confidencialidade dos mesmos.

6. Prazo de Conservação dos Dados:

Conservamos Dados Pessoais apenas pelo período/ tempo necessário à execução das finalidades específicas para as quais foram recolhidos. No entanto, poderemos ser obrigados a armazenar alguns Dados Pessoais por um período maior, tomando em consideração fatores como:

- obrigações legais, ao abrigo das leis em vigor, de conservar Dados Pessoais por um determinado período;
- prescrição/estatuto de limitações, ao abrigo das leis em vigor;
- litígios;

Os dados recolhidos são conservados pelos prazos previstos no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro e no caso imposto de uma obrigação legal como é o caso do seguro.

7. Direitos dos Titulares dos Dados:

a) Direito a estar informado - Tem o direito de obter informações claras, transparentes e facilmente compreensíveis sobre como é que usamos os seus dados e quais os seus direitos. É por isso que lhe disponibilizamos todas estas informações nesta Política de Privacidade.

b) Direito ao acesso - Tem o direito de obter uma cópia dos seus dados e determinadas informações sobre como é que esses dados são tratados. Este direito permite-lhe ter conhecimento e confirmar que usamos os seus dados em conformidade com as leis de proteção de dados. Poderemos recusar-nos a fornecer-lhe a informação solicitada sempre que, para o fazer, possamos revelar Dados Pessoais de outra pessoa ou impactemos negativamente os direitos de outra pessoa.

c) Direito à retificação - Se os seus dados estiverem incorretos ou incompletos, poderá pedir-nos para procedermos à respetiva retificação/correção.

d) Direito ao apagamento dos dados - Permite-lhe solicitar o apagamento ou eliminação dos seus dados, desde que não existam fundamentos válidos para que continuemos a usá-los ou o seu uso seja ilícito. Não se trata de um direito genérico ao apagamento, pois admitem-se exceções (por exemplo, sempre que esses dados sejam necessários para a defesa de um direito num processo judicial).

e) Direito à limitação do tratamento - Tem o direito de "bloquear" ou impedir o uso futuro dos seus dados quando avaliamos um pedido de retificação ou como alternativa ao apagamento. Sempre que o tratamento for limitado, continuamos a poder armazenar os seus dados, mas não os poderemos usar posteriormente. Mantemos listas das pessoas que solicitaram o "bloqueio" do uso futuro dos seus dados para garantir que essa limitação é respeitada no futuro.

f) Direito à portabilidade dos dados - Tem o direito de obter e reutilizar determinados Dados Pessoais para os seus próprios fins em várias organizações. Este direito aplica-se apenas aos dados que nos tenha fornecido e que tratamos com o seu consentimento, os quais são tratados por meios automatizados.

g) Direito à oposição - Tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer altura em que decorra esse tratamento, para efeitos do legítimo interesse da Junta Freguesia de Quarteira ou de terceiros. Poderemos continuar a tratar esses dados se pudermos fazer prova de "razões legítimas preponderantes para o tratamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades" ou se esses dados forem necessários para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.

h) Direito de apresentar reclamação a Autoridade de Controlo – caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo por parte da Junta Freguesia de Quarteira, nos termos da legislação aplicável e da presente Política.

Nos termos da lei, é-lhe ainda garantido o direito de retirar o seu consentimento para o tratamento dos dados cujo consentimento constitui o fundamento de legitimidade do respetivo tratamento. Para o efeito, tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, o que não invalida, no entanto, o tratamento efetuado até essa data com base no consentimento

previamente dado. Estes direitos podem ser exercidos, a todo o tempo, pelo Titular de Dados, através do seguinte e-mail: rgpd@jf-quarteira.pt

A Junta Freguesia de Quarteira dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do Titular de Dados no prazo máximo de um mês a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade, em que esse prazo pode ser prolongado. Se os pedidos apresentados pelo Titular de Dados forem manifestamente injustificados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, a Junta Freguesia de Quarteira reserva-se ao direito de cobrar custos administrativos ou recusar-se a dar seguimento ao pedido.

8. Não transferimos dados para fora do Espaço Económico Europeu.

9. Não ocorrerão decisões tomadas através de meios automatizados.

10. Segurança dos Dados:

A Junta de Freguesia adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os seus dados pessoais contra a perda, uso indevido, acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição.

Os Dados Pessoais serão tratados apenas no contexto das finalidades identificadas e com recurso a medidas técnicas e organizativas desenhadas de acordo com os riscos associados ao tratamento específico dos Dados Pessoais. Recorremos a medidas de segurança adequadas para garantir a proteção dos seus Dados Pessoais e prevenir o acesso por pessoas não autorizadas. Periodicamente, revemos as nossas políticas e procedimentos de segurança para assegurar que os nossos sistemas estão seguros e protegidos.

11. Confidencialidade

Reconhecemos que a informação que fornece poderá revestir a natureza confidencial. No âmbito da sua atividade a Junta Freguesia de Quarteira não vende, aluga, distribui, nem disponibiliza comercialmente ou de outra forma os Dados Pessoais a nenhuma entidade terceira, exceto nos casos em que necessita partilhar informação com os Prestadores de Serviço para os fins estabelecidos nesta Política ou a Terceiros para a finalidade de cumprimento das suas obrigações legais. Preservaremos a confidencialidade dos seus dados e protegê-los-emos em conformidade com a nossa Política de Privacidade e todas as leis em vigor.